

Se ricos não se cuidarem, dívida só cresce

Advertência é de Galvêas, que teme mais recessão mas elogia disposição dos EUA para diálogo

Do enviado especial

Washington — Os problemas de endividamento mundial e recuperação econômica não apenas estão longe de ser resolvidos como, também, vêm-se agravando com o passar do tempo pela falta de "ação adequada" da parte dos países ricos — disse ontem o ministro da Fazenda, Ernesto Galvêas, em seu pronunciamento na reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), na presença de autoridades norte-americanas como o secretário do Tesouro, Donald Regan, e presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, além de vinte e um ministros de outros países.

Galvêas aplaudiu a decisão do dia anterior, tomada por Donald Regan, de aceitar a discussão global da dívida externa no próximo semestre mesmo que apenas a nível do FMI e do Banco Mundial, mas atacou duramente a política norte-americana de manutenção do elevado déficit fiscal que pressiona as taxas internacionais de juros, lembrando que qualquer solução mais abrangente terá que começar por atitudes da parte do Governo dos Estados Unidos. Disse também que o endividamento não pode continuar sendo tratado simplesmente com negociações plurinúncias e reescalonamento dos pagamentos.

"O mundo somente começará a ver soluções para o problema quando houver uma nítida decisão política da parte das nações desenvolvidas no sentido de ajustarem suas próprias economias" — afirmou, lamentando que o FMI ainda não tenha sido capaz de fiscalizar as políticas dos seus principais membros, que são os países ricos lidera-

dos pelos EUA, numa clara alusão aos programas de ajustamento impostos aos devedores que deveriam servir também para coibir a expansão do déficit público norte-americano. "Enquanto as taxas de juros não baixarem — acrescentou — não poderemos alcançar mais do que progressos parciais dentro dos atuais acordos".

Pediu também medidas concretas para reverter as barreiras protecionistas ao comércio mundial e melhorar as relações de troca, de forma a se promover a reativação econômica internacional. Mas a ênfase de seu pronunciamento esteve na necessidade de ações objetivas da parte do Governo dos Estados Unidos. "As dimensões da economia americana são tais que uma solução mais abrangente para a situação da dívida mundial teria necessariamente que começar por ações da parte do governo dos EUA, destinadas a reduzir progressivamente seu déficit orçamentário de modo a alcançar uma significativa redução nas taxas de juros e um ajustamento de câmbio do dólar a níveis mais adequados" — afirmou.

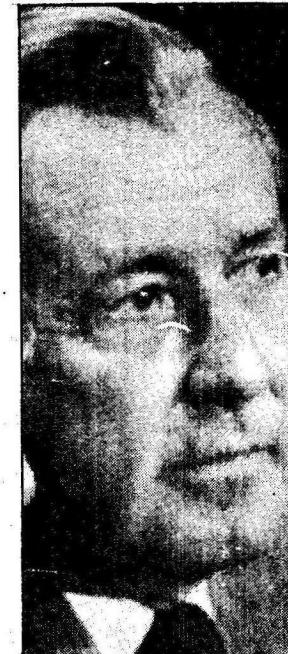
O ministro da Fazenda criticou também a posição dos países desenvolvidos em relação à proposta dos devedores para aumentar as cotas do FMI/Banco Mundial, ativar o Acordo Geral de Empréstimos e Tarifas, o GATT.

"Para muitos países, especialmente os mais pobres, esta ajuda ainda é essencial para estimular o fluxo de recursos a partir de fontes oficiais e privadas" — observou, destacando as recentes decisões dos desenvolvidos que levaram a maiores dificuldades de acesso aos financiamentos

do como uma tarefa urgente", retirando o apoio brasileiro aos demais países devedores que defendem o acesso aos DES sem exigência de condicionalidades.

Ao analisar a situação econômica mundial, o ministro da Fazenda disse no Comitê Interino que o mundo atual está diante de uma série de incertezas. "Embora as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto sejam elevadas na América do Norte e tenham recuperado no Japão, elas ainda se mantêm reduzidas na Europa" — observou, acrescentando que pior do que isso é que já "começam a aparecer os primeiros sinais de uma significativa redução no crescimento econômico para 1985". Neste contexto, um dos problemas "mais sérios" que a economia mundial enfrenta é o nível das taxas de juros nos Estados Unidos. "As taxas de juros excessivamente elevadas estão inibindo a recuperação dos investimentos" — denunciou o ministro.

"Não deveríamos tampouco deixar de levar em consideração o fato de que o simples crescimento do Produto per capita é insuficiente para permitir uma rápida recuperação do nível de bem-estar e progresso que existia antes da crise" — ressaltou Galvêas, lembrando ao Comitê Interino do FMI que os países em desenvolvimento que não são exportadores de petróleo sofreram uma queda de 23 por cento nas suas relações de troca entre 1978 e 1982, o que significa uma perda de dois a três por cento do Produto Interno Bruto. Estimativas indicam apenas uma recuperação das relações de trocas, havendo mesmo indícios mais recentes de certa deterioração" — advertiu.



Regan